

**HOSPITAL REGIONAL DE PRONTO SOCORRO - HRPS
PELOTAS / RS**

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE
RESÍDUOS - PGR**

PROJETO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

AGOSTO / 2021
VERSÃO R00



MEP Arquitetura e Planejamento Ltda. – EPP

CNPJ: 06.164.906/0001-28
Rua Milton Gavetti, 369 – Jd. Universitário
CEP: 86.050-720 – Londrina / PR
Fone: (43) 3328-1020
mep@meparquitetura.arq.br
www.meparquitetura.arq.br

ÍNDICE

1	IDENTIFICAÇÃO	5
1.1	Identificação do requerente.....	5
1.2	Identificação do responsável legal	5
1.3	Identificação do responsável técnico.....	5
1.4	Identificação da área de aplicação do “PGR”	5
2	OBJETIVO DO “PGR”	7
3	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	8
4	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	9
4.1	Resíduos gerados e sua classificação	9
4.2	Método de segregação	11
4.3	Acondicionamento dos resíduos	12
4.4	Transporte e destinação final	13
4.5	Plano de capacitação.....	14
4.6	Responsável pelo gerenciamento dos resíduos	14
5	PARECER CONCLUSIVO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	15
6	REFERÊNCIAS	16

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Terreno em destaque (Fonte: Google Earth).....	6
---	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa de resíduos gerados.....	10
--	----

ACRÔNIMOS E ABREVIações

NBR	Norma Brasileira
HRPS	Hospital Regional de Pronto Socorro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
RSS	Resíduos de Serviço de Saúde
PGRSS	Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PGRCC	Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
SANEP	Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação do requerente

Nome: Município de Pelotas

CNPJ: 87.455.531/0001-57

Endereço: PC Coronel Pedro Osorio, nº 101 – CEP: 96.015-010 – Centro – Pelotas/RS

1.2 Identificação do responsável legal

Nome: Paula Schild Mascarenhas

CPF: 572.094.649-34

1.3 Identificação do responsável técnico

Nome: Ana Carolina Potier Mendes

CPF: 027.752.909-30

Conselho de Classe: Arquiteta e Urbanista – CAU: PJ15833-0

ART/RRT: RRT SI10969380I00CT001

E-mail: anacarolina@meparquitetura.arq.br

1.4 Identificação da área de aplicação do “PGR”

Proprietário: Município de Pelotas

Certidão de registro de imóvel: Matrícula sob número 6.552, livro 3-C, folha 47

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 4590 CEP 96.015-140 – Pelotas/RS

Localização (área urbana ou rural): Área urbana

Coordenadas geográficas (grau, minuto, segundo – Datum SIRGAS 2000):

31°45'26.5"S 52°21'01.8"W

Geolocalização (Google Maps):

[https://www.google.com/maps/place/Av.+Bento+Gon%C3%A7alves,+4590+-+Porto,+Pelotas+-+RS,+96015-140/@-31.7573444,-](https://www.google.com/maps/place/Av.+Bento+Gon%C3%A7alves,+4590+-+Porto,+Pelotas+-+RS,+96015-140/@-31.7573444,-52.3526757,575m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9511b57782560c99:0xb9934abb9ead2f!8m2!3d-31.7574063!4d-52.3501999)

[52.3526757,575m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9511b57782560c99:0xb9934abb9ead2f!](https://www.google.com/maps/place/Av.+Bento+Gon%C3%A7alves,+4590+-+Porto,+Pelotas+-+RS,+96015-140/@-31.7573444,-52.3526757,575m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9511b57782560c99:0xb9934abb9ead2f!8m2!3d-31.7574063!4d-52.3501999)

[8m2!3d-31.7574063!4d-52.3501999](https://www.google.com/maps/place/Av.+Bento+Gon%C3%A7alves,+4590+-+Porto,+Pelotas+-+RS,+96015-140/@-31.7573444,-52.3526757,575m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9511b57782560c99:0xb9934abb9ead2f!8m2!3d-31.7574063!4d-52.3501999)

Delimitação do perímetro da área inserido em imagem aerofotogramétrica atualizada:

O local para a implantação deste serviço está localizado na Avenida Bento Gonçalves, via de fácil acesso tanto aos municípios de Pelotas como para usuários de outras cidades.



Figura 1 - Terreno em destaque (Fonte: Google Earth)

2 OBJETIVO DO “PGR”

Considerando que a disposição de resíduos da construção civil em locais inadequados contribui para a degradação da qualidade ambiental, o objetivo deste estudo é fazer o levantamento dos RCC que serão gerados durante a fase de obras do HOSPITAL REGIONAL DE PRONTO SOCORRO – HPS e propor um sistema de gestão de resíduos, com o objetivo de evitar e mitigar quaisquer impactos que possam ser causados.

O sistema de gestão visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos.

Os princípios gerais que devem orientar a formulação dos Planos de Gerenciamento são:

- Facilitar a ação do conjunto dos agentes envolvidos;
- Disciplinar sua ação institucionalizando atividades e fluxos; e
- Incentivar sua adesão tornando vantajosos os novos procedimentos.

3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto se refere à construção do Hospital Regional de Pronto Socorro (HRPS), o que inclui a reforma do atual prédio da UPA nível III (UPA Bento) mais a construção de uma edificação vertical para a instalação do hospital, também denominado de Hospital Especializado Tipo II, localizado na Avenida Bento Gonçalves, no. 4590, em Pelotas-RS.

O projeto possui 5 (cinco) pavimentos de área útil, além de pavimentos técnicos, com acessos distintos para pacientes do Pronto Atendimento, das Internações/visitas e acesso administrativo, e de funcionários e serviços.

Sendo assim, o presente projeto refere-se à reforma e à ampliação de um estabelecimento de saúde para a instalação do Hospital Regional de Pronto Socorro de Pelotas, com capacidade para 159 leitos, 5 salas cirúrgicas, Hospital-Dia, salas de exames (Raio-X, Tomografia, Ultrassonografia, Endoscopia), e demais unidades de apoio técnico e logístico.

4 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Em vigor desde janeiro de 2003, a Resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelece diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pela construção civil, com o objetivo de disciplinar as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

Resíduos da construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

4.1 Resíduos gerados e sua classificação

Na fase de reforma e ampliação do pronto socorro, serão gerados resíduos Classe A, B, C e D, classificados de acordo com a Resolução 307/2002 do CONAMA (BRASIL, 2002).

- Classe A: resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados resíduos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; resíduos de componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; resíduos de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio fio etc.) produzidas nos canteiros de obras.
- Classe B: resíduos recicláveis para outras destinações plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso.
- Classe C: resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação.
- Classe D: resíduos perigosos oriundos do processo de construção, como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Para estimativa de geração dos RCC's, foi utilizado o método indireto desenvolvido por Pinto (1999) e leva em consideração a geração de 150 kg de resíduo por cada metro quadrado de área construída, sabendo-se que cada metro cúbico de resíduo contém 1,2 toneladas de entulho.

Para a distribuição do peso total dos resíduos, de acordo com a sua classificação, foi adotada a distribuição sugerida no quadro abaixo:

- **CLASSE A (alvenaria, argamassa e concreto): 60%**
- **CLASSE A (solo proveniente de limpeza): 20%**
- **CLASSE B (madeira): 10%**
- **OUTROS (classe B, C e D): 10%**

A tabela 1, nos dá uma previsão do volume dos resíduos que serão gerados durante a obra do empreendimento.

Tabela 1 – Estimativa de resíduos gerados

Classes	Tipo	Quant. Gerada (m³)
A	Solos (terra) - volume solto	67,8
	Solo de limpeza	278,3
	Alvenaria / Argamassa / Concreto	835,0
	Outros (especificar)	
	TOTAL Classe A	1181,1
B	Plásticos	
	Papel/papelão	
	Metais	
	Vidros	
	Madeiras	139,2
	Gesso	
	Outros (especificar)	46,4
	TOTAL Classe B	185,6
C	Outros (especificar) - lixa, pincel, etc.	46,4
	TOTAL Classe C	46,4
D	Tintas	
	Solventes	
	Óleos	
	Materiais que contenham amianto	
	Outros materiais contaminados (especificar)	46,4
	TOTAL Classe D	46,4
TOTAL (A + B + C + D)		1459,4

4.2 Método de segregação

Os resíduos devem ser separados de acordo com a sua classificação (A, B, C e D) e depositados nas áreas específicas previstas no Projeto do Canteiro de Obras.

O manejo e procedimentos de segregação dos resíduos serão determinados pela empresa responsável pela obra, mas deverão seguir a legislação vigente, que determina padrões de cores, símbolos e identificações para cada resíduo.

As embalagens usadas, os procedimentos de transporte interno e os métodos de armazenamento temporário dos resíduos também serão estabelecidos pela empresa responsável, de modo que todo processo de acondicionamento atenda o exigido na legislação vigente.

A destinação final dos resíduos será definida pela empresa vencedora da licitação que será responsável pela obra do empreendimento.

A empresa responsável pela obra, deverá elaborar um procedimento detalhado, especificando os métodos que deverão ser utilizados para segregação dos resíduos na fonte, transporte e armazenamento internos, frequência de coleta/transporte externos da área de armazenamento do canteiro de obras até a destinação final.

Todos os envolvidos na obra, deverão passar por treinamento, a fim de orientar todos sobre os procedimentos para o correto gerenciamento dos resíduos, incluindo procedimentos de reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos.

Em vigor desde janeiro de 2003, a Resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelece diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pela construção civil, com o objetivo de disciplinar as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

A ideia da reutilização de materiais deve nortear o planejamento da obra desde a fase da concepção do projeto, o que possibilitará, por exemplo, a adoção de escoramento e andaimes metálicos que são totalmente reaproveitáveis até o final da obra. O reaproveitamento das sobras de materiais dentro do próprio canteiro segue as recomendações da Agenda 21 e é a maneira de fazer com que os materiais que seriam descartados com um determinado custo financeiro e ambiental retornem em forma de materiais novos e sejam re-inseridos na construção evitando a retirada de novas matérias-primas do meio ambiente.

A reutilização ou reciclagem dos resíduos na própria obra ficará a critério da empresa responsável pela obra do empreendimento.

4.3 Acondicionamento dos resíduos

Os RCD deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, de modo a permitir, sempre que possível, sua reutilização ou reciclagem.

Segundo a resolução 307/2002 – CONAMA, a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas.

A segregação deverá ser feita nos locais de origem dos resíduos, logo após a sua geração. Para tanto devem ser feitas pilhas próximas a esses locais e que serão transportadas posteriormente para seu acondicionamento. Ao fim de um dia de trabalho ou ao término de um serviço específico deverá ser realizada a segregação preferencialmente por quem realizou o serviço, com o intuito de assegurar a qualidade do resíduo (sem contaminações) potencializando sua reutilização ou reciclagem.

Essa prática contribuirá para a manutenção da limpeza da obra, evitando materiais e ferramentas espalhadas pelo canteiro o que gera contaminação entre os resíduos, desorganização, aumento de possibilidades de acidentes do trabalho além de acréscimo de desperdício de materiais e ferramentas.

Uma vez segregados, os resíduos deverão ser adequadamente acondicionados, em depósitos distintos, para que possam ser aproveitados numa futura utilização no canteiro de obras ou fora dele, evitando assim qualquer contaminação do resíduo por qualquer tipo de impureza que inviabilize sua reutilização. A contaminação do resíduo compromete a sua reutilização e, em certos casos, até inviabiliza o posterior aproveitamento, dificultando o gerenciamento, ao mesmo tempo em que a segregação bem realizada assegura a qualidade do resíduo.

Após a segregação e ao término da tarefa ou do dia de serviço, os RCC devem ser acondicionados em recipientes estrategicamente distribuídos até que atinjam volumes tais que justifiquem seu transporte interno para o depósito final de onde sairão para a reutilização, reciclagem ou destinação definitiva. Os dispositivos de armazenamento mais utilizados na atualidade são as bombonas, bags, baias e caçambas estacionárias, que deverão ser devidamente sinalizados informando o tipo de resíduo que cada um condiciona visando a organização da obra e preservação da qualidade do RCC.

As bombonas são recipientes plásticos, geralmente na cor azul, com capacidade de 50L que servem principalmente para depósito inicial de restos de madeira, sacaria de embalagens plásticas, aparas de tubulações, sacos e caixas de embalagens de papelão, papéis de escritório, restos de ferro, aço, fiação, arames etc.

As bags se constituem em sacos de rafia com quatro alças e com capacidade aproximada de 1m³. As bags geralmente são utilizadas para armazenamento de serragem, EPS (isopor), restos de uniformes, botas, tecidos, panos e trapos, plásticos, embalagens de papelão etc.

Baias são depósitos fixos, geralmente construídos em madeira, em diversas dimensões que se adaptam às necessidades de espaço. São mais utilizadas para depósito de restos de madeira, ferro, aço, arames, EPS, serragem etc.

As caçambas estacionárias são recipientes metálicos com capacidade de 3 a 5m³ empregadas no acondicionamento final de blocos de concreto e cerâmico, argamassa, telhas cerâmicas, madeiras, placas de gesso, solo e etc.

O acondicionamento inicial deverá acontecer o mais próximo possível dos locais de geração dos RCC sempre levando em conta o volume gerado e a boa organização do canteiro.

O acondicionamento final depende do tipo de resíduo, da quantidade gerada e de sua posterior destinação. Para os resíduos que serão mandados para fora da obra a localização dos depósitos deve ser estudada de tal forma a facilitar os trabalhos de remoção pelos agentes transportadores. Alguns resíduos como restos de alimentos, suas embalagens, copos plásticos, papéis oriundos de instalações sanitárias, devem ser acondicionados em sacos plásticos e disponibilizados para a coleta pública e os resíduos de ambulatório deverão atender à legislação pertinente.

4.4 Transporte e destinação final

O transporte interno dos RCC entre o acondicionamento inicial e final geralmente é feito por carrinhos ou giricos, elevadores de carga, guias e guinchos. O operador da guisa aproveita as descidas vazias do guincho para transportar os recipientes de acondicionamento inicial dos RCC até o local do depósito final conforme sua classificação.

Em alguns casos se utiliza o elevador de carga, condutor de entulhos, carrinhos de mão, giricos e inclusive manual através de sacos, bags ou fardos, para o transporte interno dos RCC.

A empresa responsável pela obra, deverá determinar quais empresas serão responsáveis pelo transporte e destinação final dos resíduos. As empresas escolhidas deverão ser licenciadas e devem disponibilizar a via do Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, ou documento similar, preenchido corretamente em todos os campos e constando a assinatura e carimbo de todos os envolvidos (gerador, transportador e destinação) e, preferencialmente, acompanhados de certificados de destinação de resíduos emitidos pelo receptor final.

As empresas transportadoras contratadas deverão ser indicadas no Relatório de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, juntamente com os comprovantes de destinação final (MTR, notas fiscais, certificados e outros) por elas emitidos.

A destinação dos RCC deve ser feita de acordo com o tipo de resíduo.

Os RCC classe A deverão ser encaminhados para áreas de triagem e transbordo, áreas de reciclagem ou aterros da construção civil. Já os resíduos classe B podem ser comercializados com empresas, cooperativas ou associações de coleta seletiva que comercializam ou reciclam esses resíduos ou até mesmo serem usados como combustível para fornos e caldeiras. Para os resíduos das categorias C e D, deverá acontecer o envolvimento dos fornecedores para que se configure a co-responsabilidade na destinação dos mesmos.

O manejo inadequado de resíduos sólidos acarretará nas punições previstas na legislação, por isso, a empresa responsável pela obra do HRPS, deverá garantir, através dos comprovantes de destinação final, que os resíduos gerados na obra terão o destino final ambientalmente correto, por meio de empresas devidamente licenciadas.

4.5 Plano de capacitação

A empresa responsável pela obra do HRPS, deverá realizar ações de sensibilização e educação ambiental para os trabalhadores da construção, visando ao cumprimento das etapas previstas nesse projeto.

É importante que os funcionários sejam treinados e se tornem conhecedores da classificação dos resíduos, não só para executarem satisfatoriamente a segregação dos mesmos como também pela importância ambiental que essa tarefa representa.

Nesse processo, a comunicação visual na obra, tem importância fundamental, pois a sinalização informativa dos locais de armazenamento de cada resíduo serve para alertar e orientar as pessoas, lembrando-as sempre sobre a necessidade da separação correta de cada um dos resíduos gerados.

4.6 Responsável pelo gerenciamento dos resíduos

O gerenciamento dos resíduos gerados será realizado pela empresa responsável pela fase de obras do projeto.

5 PARECER CONCLUSIVO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Diante do exposto neste estudo, pode-se concluir que o correto gerenciamento de resíduos na fase de obras do empreendimento é de extrema importância, o que o torna fundamental.

Sendo assim, a execução do mesmo deve ser realizada, visando a não geração de resíduos, a redução, reciclagem e destinação final ambientalmente correta.

Este estudo, deve ser atualizado e revisado pela empresa responsável pela obra do HRPS caso necessário, visando adequar as instruções de acordo com a realidade no momento da obra.

Aponto também, que é de extrema importância o correto gerenciamento dos resíduos gerados, para que não ocorram prejuízos ao meio ambiente e nem a população no entorno do empreendimento.

Tento em vista que as instruções presentes nesse plano serão seguidas pela empresa responsável, concluo que a reforma e ampliação do Hospital Regional de Pronto Socorro não causará impactos significativos ao meio ambiente.

Ana Carolina Potier Mendes

CPF: 027.752.909-30 – Arquiteta – CAU: PJ15833-0

MEP Arquitetura e Planejamento LTDA

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. (2004) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Resolução da Diretoria Colegiada nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez. 2004.

BRASIL. (2005) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 maio 2005.

LEMONS, K.I.L.; SILVA, M.G.C.; PINTO, F.J.M. (2010) Produção de Resíduos em Hospitais Públicos e Filantrópicos no município de Fortaleza (CE). Revista Baiana de Saúde Pública, Salvador, v. 34, n. 2, p. 321-332.

WORLD ORGANIZATION HEALTH (WHO). (1999) Safe management of wastes from health-care activities. Geneva: WHO.

MOREL, J. (1993) Consideraciones sobre el manejo de residuos de hospitales en America Latina. In: Seminário internacional sobre resíduos sólidos hospitalares. Anais... Cascavel.

ANDRÉ, S.C.S.; VEIGA, T.B.; TAKAYANAGUI, A.M.M. (2016) Geração de Resíduos de Serviço de Saúde em hospitais do município de Ribeirão Preto (SP), Brasil. Eng Sanit Ambient | v.21 n.1 | jan/mar 2016 | 123-130.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
SI10969380R01**Verificar Autenticidade**

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

1.1 Arquiteto(a) e Urbanista

Nome Civil/Social: ANA CAROLINA POTIER CPF: 027.752.909-30
MENDES

Tel: (43) 99914-0726

Data de Registro: 13/03/2002

Registro Nacional: 000A351830

E-mail: anacarolina@meparquitetura.arq.br

1.2 Empresa Contratada

Razão Social: MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA - E.P.P.
CNPJ: 06.164.906/0001-28

Número CAU: PJ15833-0

Data de registro: 22/12/2011

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI10969380R01CT001

Data de Cadastro: 16/08/2021

Modalidade: RRT SIMPLES

Data de Registro: 16/08/2021

Forma de Registro: RETIFICADOR

Tipologia:

Hospitalar

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

DOCUMENTO ISENTO DE PAGAMENTO

3. DADOS DO CONTRATO

3.1 Contrato 011/2021

Nº do RRT: SI10969380R01CT001

CPF/CNPJ: 87.455.531/0001-57

Nº Contrato: 011/2021

Data de Início:
25/02/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE PELOTAS Valor de Contrato: R\$ 838.519,48

Data de Celebração:
25/02/2021Previsão de Término:
23/09/2021

3.1.1 Dados da Obra/Serviço Técnico

CEP: 96015140

Logradouro: BENTO GONÇALVES - DE 2994 A 4590 - LADO PAR

Bairro: CENTRO

UF: RS

Nº: 4590

Complemento:

Cidade: PELOTAS

Longitude:

Latitude:

3.1.2 Descrição da Obra/Serviço Técnico

Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental Simplificado - EIAS e Licenciamento Ambiental para a construção do Hospital Regional de Pronto Socorro, em Pelotas-RS.

3.1.3 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
SI10969380R01**Verificar Autenticidade**

3.1.4 Dados da Atividade Técnica

Grupo: MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO	Quantidade: 17765.83
Atividade: 4.2.13 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS	Unidade: metro quadrado
Grupo: MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO	Quantidade: 17765.83
Atividade: 4.2.6 - Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto no Meio Ambiente - EIA - RIMA	Unidade: metro quadrado

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

4.1.1 RRT's Vinculados

Número do RRT	Forma de Registro	Contratante	Data de Registro	Data de Pagamento
Nº do RRT: SI10969380I00CT001	INICIAL	MUNICÍPIO DE PELOTAS	16/07/2021	16/07/2021
Nº do RRT: SI10969380R01CT001	RETIFICADOR	MUNICÍPIO DE PELOTAS	16/08/2021	Isento de Pagamento

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista ANA CAROLINA POTIER MENDES, registro CAU nº 000A351830, na data e hora: 16/08/2021 15:13:41, com o uso de login e de senha. A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.